5

Mapeando o que os jovens pensam sobre a política: as experiências formativas de Araraquara (SP) e Suzano (SP)[1]

Humberto Dantas[2]

Alessandra Santos Nascimento[3]

Bruno Souza da Silva[4]

Resumo – O artigo compara as percepções de dois grupos de jovens sobre a política, impactados por ações de educação política da Câmara Municipal de Araraquara (SP) e da Fundação Konrad Adenauer, de Suzano (SP). A análise

1 A primeira versão do presente artigo foi apresentada no II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, realizado em 2015 na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Este artigo é resultado de uma ampla revisão que considerou aprofundamentos, alterações e comentários gerados a partir dos debates.

2 Cientista social, mestre e doutor em Ciência Política pela USP. Coordenador do curso de pós-graduação em Ciência Política da FESP-SP e de Economia Brasileira da FIPE-USP. Conselheiro da Fundação Konrad Adenauer no Brasil. Ao longo dos últimos 13 anos participou diretamente de cerca de 400 cursos livres de formação política, com destaque para a coordenação das ações descritas neste artigo sob a responsabilidade da Fundação Konrad Adenauer.

3 Cientista social, mestre e doutora em Sociologia pela UNESP. Professora do IFSUDESTE, campus Barbacena-MG, e Pesquisadora do Laboratório de Política e Governo (UNESP/Araraquara). Nos últimos anos participou de cursos de formação política, com destaque para a realização do projeto descrito neste artigo, realizado sob responsabilidade da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Araraquara-SP, instituição na qual atuou como diretora acadêmica (2013-2015).

4 Graduado e mestre em Ciências Sociais pela Unesp e doutorando em Ciência Política pela Unicamp. Pesquisador do Laboratório de Política e Governo (Unesp/Araraquara). Desde 2014, ministra cursos de formação política, com destaque para a realização do projeto descrito neste artigo, realizado sob responsabilidade da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Araraquara-SP.

quantitativa de questionários aplicados a esse público aponta que ele reproduz formas tradicionais de obtenção de informação sobre a política e demonstra interesse pelo tema da democracia.

Palavras chave – Educação política. Juventude. Política. Participação. Democracia.

Abstract – *The article compares the perceptions of two young groups on policy, impacted by political education actions of Araraquara (SP) House and the Konrad Adenauer Foundation, of Suzano (SP). Quantitative analysis of questionnaires applied in these groups shows that they reproduce traditional ways of getting information about politics and show interest in the subject of democracy.*

Key words – *Political education. Youth. Policy. Participation. Democracy.*

1 – Introdução

A reflexão teórica sobre a democracia nos permite compreender que sua consolidação se ampara sobre dois pilares essenciais: a participação e a educação. O primeiro está associado ao tipo de democracia que uma sociedade adota. No modelo representativo, a forma consagrada de participação é a eleição. Já o segundo pilar está associado à informação, o que consequentemente nos remete ao tema da educação dos cidadãos para a vida democrática. O grande dilema da literatura acerca desse tema é que não há consenso sobre essa divisão (Dantas e Estramanho, 2013).

De acordo com Cosson (2011), o letramento político compreende o processo de apropriação de conhecimentos, práticas e valores fundamentais tanto para a manutenção quanto para o aprimoramento da democracia – isto é, abrange uma experiência que compartilha a convicção em torno da necessidade de os cidadãos compreenderem determinados temas e interiorizarem práticas que contribuam para qualificar a sua relação com a política democrática. Esta, por sua vez, deve ser entendida como a interação que os cidadãos estabelecem entre si – por meio do diálogo, da negociação e da intermediação de conflitos – bem como com as instituições políticas e suas regras e procedimentos. Nesse contexto, a educação política constitui instrumen-

to privilegiado para fomentar tal letramento, pois transmite e constrói conhecimentos sobre a cidadania, o governo democrático e a organização política. Além disso, contribuiu para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à qualificação da participação política e à adoção do pensamento crítico (Nascimento; Silva; Seino, 2016).

No Brasil, a despeito de avanços quantitativos no campo da inclusão de cidadãos no rol de votantes e do aumento do grau de escolaridade da sociedade em geral, parece razoável afirmar que aspectos associados à educação política formal da sociedade configuram realidade ainda distante. Mesmo com a inserção da Filosofia e da Sociologia como disciplinas escolares no ensino médio e com o fato de a política ser tratada como um tema transversal, como apontam Severino (2010) e Krawczyk (2011), não se atenuaram as dificuldades de ensino da política quanto aos aspectos mais institucionais, organizacionais e culturais do seu funcionamento. Nesse aspecto, Schlegel (2010) complementa com a afirmação de que os avanços da educação formal no País não trouxeram um adensamento no grau de politização dos cidadãos.

Diferentemente do que ocorre no Brasil, os conteúdos de política estão presentes na formação escolar dos países avaliados no International Civic and Citizenship Education Study (ICCS), composto por 38 nações de diferentes continentes, envolvidas numa pesquisa que constrói uma espécie de ranqueamento, por meio do qual se congratula o valor de tais ações formativas. De acordo com Resende (2010) e Cosson (2010), a politização da sociedade brasileira, por meio da educação política, não encontra respaldo nas políticas públicas de educação.

Diante do exposto, este artigo procura contribuir para o debate sobre a educação política no Brasil, apreendendo, quantitativamente, a percepção de jovens sobre a política, a partir de duas experiências formativas com público selecionado. A primeira, desenvolvida pela Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Araraquara (SP), e a segunda, pela Fundação Konrad Adenauer (pertencente ao terceiro setor), de Suzano (SP).

As análises aqui apresentadas estão baseadas no preenchimento de questionários de avaliação do curso de educação política, os quais serão detalhados ao longo das sessões do artigo. Os resultados colhidos tornam possível alinhar algumas variáveis e avaliar comparativamente os resultados dos grupos, o que permite contribuir para o campo de discussões acerca da formação política e os seus impactos, sobretudo no público jovem. O texto discute se existem diferenças entre as percepções desses jovens, as quais poderiam estar amparadas sobre os próprios programas da atividade de educação política (considerando que são diferentes) ou mesmo sobre as diferenças regionais e seus espaços de socialização.

Nesse sentido, pergunta-se o seguinte: os jovens do interior paulista, como os de Araçatuba, observam e pensam a política de forma diferente dos jovens de uma cidade da Região Metropolitana de São Paulo, como os de Suzano? Esses jovens se informam sobre política da mesma maneira? O que entendem sobre política e participação? Diante das respostas é possível sugerir, a exemplo do que desenvolveram Dantas e Caruso (2011), uma série de ações e percepções associadas à educação política como algo a ser levado aos estudantes e que pode impactar a sua relação com o ambiente democrático.

Dessa maneira, mais do que compreender princípios gerais da democracia, da participação e da aproximação com a política de dois conjuntos de jovens, é relevante esclarecer que o debate pode trafegar no campo da discussão de políticas públicas de educação. O artigo parte das hipóteses de que os jovens reconhecem a política como conteúdo relevante em suas formações e de que não há grandes diferenças nessas percepções quando comparados os públicos das cidades envolvidas nesse estudo. Isso se deve, em larga medida, ao fato de os jovens se informarem politicamente através dos mesmos meios de comunicação.

A comparação entre as experiências é importante também para se visualizarem possíveis diferenças entre as ações realizadas pelo Legislativo e as desenvolvidas pelo terceiro setor, além de enriquecer a compreensão sobre elas. Vale a ressalva de que a

formação política tem sido realizada no Brasil principalmente através de ações educativas promovidas por esses dois atores (Cosson, 2008; Dantas, 2010; Carvalho, 2014). No caso de Araraquara, o objetivo do Legislativo foi aproximar o jovem da Câmara Municipal, a fim de que ele compreendesse o processo político em seu âmago. As ações de formação política dos legislativos têm se dado, comumente, por meio da atuação de suas escolas, as quais têm sido organizadas nos diferentes níveis federativos. Já no caso de Suzano, o propósito da formação foi despertar no jovem sua capacidade crítica para avaliar a política e seus representantes.

Ainda que os cursos tivessem objetivos diferentes, a análise de suas sentenças de avaliação nos questionários aplicados em ambos os projetos aponta para um caminho interessante, na medida em que ficam evidentes mais similitudes do que grandes diferenças entre as ações. Isso nos coloca possibilidades reais de que a educação política possa ser conduzida de maneira suprapartidária, mesmo quando desenvolvida por uma instituição legislativa.

2 – O projeto de Araraquara

O curso de educação política ministrado na cidade de Araraquara (SP) é parte integrante do projeto de formação política denominado Parlamento Jovem, cujas atividades tiveram início em 2014. A iniciativa, da Câmara Municipal, é realizada por meio de sua Escola do Legislativo, em parceria com o Laboratório de Política e Governo da Unesp/Araraquara (SP), o qual ofereceu os recursos humanos para o desenvolvimento de suas atividades. O projeto foi realizado em três etapas, nas quais o público-alvo pôde entrar em contato com temas políticos, tanto de modo teórico quanto prático e reflexivo. O referido público foi composto por jovens regularmente matriculados no último ano do ensino fundamental (9º ano) de 24 escolas das redes municipal, estadual e particular de ensino de Araraquara[5].

5 Das 24 escolas que fizeram adesão ao projeto, 11 são da rede municipal; 11,

Para efeito de contextualização, essa cidade está localizada na região central do estado de São Paulo, distante cerca de 270 quilômetros da capital paulista. Em 2014, tinha uma população de aproximadamente 224 mil habitantes. Araraquara aparece na lista das cidades que possuem ótima qualidade de vida, com Índice de Desenvolvimento Humano no valor de 0,815, o que é considerado muito alto de acordo com os dados do IDHM[6] de 2010. Em relação à renda per capita, no ano de 2011 o município chegou a um valor próximo de R$ 25 mil reais. No entanto, a desigualdade está presente, principalmente quando se considera seu índice de Gini[7], o qual atingiu o valor de 0,500 em 2010. Tal disparidade também se torna perceptível quando se comparam as condições educacionais das regiões centrais da cidade às das regiões periféricas. Ainda em termos econômicos, embora o agronegócio se faça presente na produção de açúcar, álcool e laranja, destaca-se a força do setor de serviços e do comércio, responsáveis por mais de 65% da ocupação profissional de uma população majoritariamente urbana.

Isso posto, além das diferenças entre os desenhos organizacionais dos projetos de formação política de Araraquara e Suzano, consideramos tais fatores socioeconômicos importantes para identificarmos possíveis distinções nos resultados finais, quando comparados os projetos.

Na primeira etapa da ação de Araraquara, foi ofertado um curso de formação política no mês de setembro, no qual, ao longo de uma hora e quarenta minutos de aula, foram abordados os seguintes temas: espaços de convivência dos cidadãos (diferenças entre espaço público e espaço privado), democracia, organização dos poderes no Brasil, voto, sistema eleitoral brasileiro, Poder Legislativo municipal, funções do vereador e cidadania.

da rede estadual; e 2, da rede particular. O total foi de 57 turmas do 9º ano.

6 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal que sintetiza três indicadores em sua composição: longevidade, educação e renda.

7 O Índice de Gini mede a desigualdade social, variando de 0 (situação de igualdade) a 1 (situação de completa desigualdade).

Já a segunda etapa, realizada no mês de outubro, constitui-se de uma oficina prática de processo legislativo com a mesma duração de tempo. Nela, primeiramente, os alunos tiveram contato com algumas definições e trâmites regimentais de um projeto de lei ordinária e, após essa parte teórica, puderam propor um projeto para o município. Por fim, a terceira etapa contemplou a vivência de uma Sessão Ordinária Jovem no Plenário da Câmara Municipal, na qual estudantes de 18 escolas, escolhidas dentre as 24 instituições participantes do projeto, puderam defender suas propostas para a cidade.

Esse número de escolas selecionadas coincidiu com a quantidade de vereadores do município. Ao longo da vivência na Câmara, os vereadores jovens aprenderam, na prática, como funciona uma sessão plenária, quais os momentos que a compõe e como um parlamentar pode nela se manifestar.

Outra característica importante do projeto é o fato de o público-alvo ser controlado pela seriação escolar, uma vez que foi ministrado no ambiente da escola. Isso permitiu que fossem alcançados cerca de 1.200 jovens dentro da faixa etária dos 14 aos 16 anos de idade de diferentes localidades e perfis sociais no município, abrangendo desde unidades mais próximas das áreas centrais até as localizadas em regiões mais periféricas, tanto da área urbana quanto da rural.

Nesse contexto, ocorreram diferenças quanto à localização e às condições de receptividade do trabalho nas unidades escolares: algumas instituições apresentaram maior engajamento do corpo docente e dos diretores e coordenadores pedagógicos na organização do ambiente de aprendizagem do que outras. Contudo, baseado na percepção dos jovens em relação às atividades desenvolvidas, é possível assegurar que esses fatores estruturais, embora tenham dificultado a realização do curso em alguns locais, não prejudicaram a compreensão dos conteúdos. Diferentemente do que ocorreu em Araraquara, a questão do local não está presente no projeto de Suzano, pois as ações de formação política ocorreram sempre no mesmo lugar, o qual apresentou condições apropriadas para o trabalho.

Como forma de avaliar a percepção do jovem sobre a política e o curso ofertado, ao término da primeira etapa, aplicaram-se perguntas a todos os participantes. Ao todo, 1.148 questionários foram computados. Porém, conforme destacado anteriormente, a faixa etária dos jovens variou nas turmas do 9º ano do ensino fundamental, o que poderia gerar distorções nos resultados quando comparados com os do projeto de Suzano, no qual se destaca o público com idade de 15 anos, embora com níveis de escolaridade distintos.

Dessa maneira, a idade, para efeitos comparativos entre os projetos, é nossa variável independente. Portanto, para a realização da nossa análise, consideraremos apenas os dados obtidos com os jovens de 15 anos de idade à época das respostas, chegando a um total de 353 formulários preenchidos no projeto de Araraquara e de 245 no de Suzano.

Além de perguntas de caracterização pessoal – como qual o sexo e a idade do respondente e se ele trabalhava ou não – o questionário de Araraquara[8] dividiu-se em três conjuntos de questões: o primeiro dizia respeito aos canais de comunicação pelos quais o jovem vinha se informando sobre fatos políticos; o segundo procurou avaliar a percepção do jovem quanto ao curso de formação política realizado, sua importância, a necessidade de sua continuidade e sua efetividade na difusão de novos conhecimentos; e o terceiro expôs sentenças relativas à percepção dos jovens sobre temas como a função dos legisladores, a corrupção, os partidos políticos, a participação, a importância do voto e a educação política. A partir dessas informações foi possível descrever os resultados do projeto de Araraquara.

Dentre os 353 questionários computados, 56,9% foram preenchidos por jovens do sexo masculino e 43,1% por jovens do sexo feminino. No que diz respeito à questão do trabalho, ao todo, 41 participantes responderam que trabalham (11,6%). Nesse

8 As questões que compuseram o questionário aplicado no projeto de Araraquara basearam-se em resultados de pesquisas a partir de experiências de formação política coordenadas pela Fundação Konrad Adenauer, descritos em trabalhos anteriores por Dantas (2013 e 2014).

dado, chama atenção o fato de as ocupações serem informais, o que não corresponde à condição de aprendiz. Em relação ao conjunto de perguntas referentes à maneira como o jovem obtinha informações sobre fatos políticos, há um grande destaque para a televisão, utilizada, em combinação com outros meios de comunicação, por 90,7% dos participantes. Logo em seguida, porém com menos expressão, aparecem: escolas e palestras (48,7%), redes sociais (47,3%), jornais e revistas (45,3%), rádio (38,5%) e, por último, conversas e discussões com amigos e familiares (29,5%). Há, portanto, uma reprodução de maneiras mais tradicionais de se informar sobre política, destacando-se, nos hábitos do jovem, o acompanhamento do tema pela televisão, nas escolas/palestras e pelos jornais/revistas. As redes sociais, tão propagadas como novas ferramentas de interação e difusão da informação em tempo real, ainda não são utilizadas (ou reconhecidas) como um meio privilegiado de obtenção de informação sobre política por esse público jovem.

O segundo conjunto de perguntas dos formulários procurou captar a maneira como o curso impactou o público participante. Para cada sentença presente no questionário, o respondente deveria indicar se discordava dela, se concordava com ela ou, ainda, se não tinha nenhuma opinião. Nesse aspecto, o questionário aplicado no projeto de Araraquara é diferente do empregado no projeto de Suzano. Nesse último, para cada sentença havia uma possibilidade de resposta gradativa, desde "discordo totalmente" até "concordo totalmente", com quatro opções. Contudo, isso não impossibilita a comparação entre os casos, na medida em que, para ambos, construímos um Índice de Concordância, o qual nos permitiu captar, dentre as diferentes respostas dadas às sentenças, o maior ou o menor distanciamento das percepções de concordância sobre elementos do curso. Os valores foram definidos em termos percentuais.

Para efeitos metodológicos, destaca-se que, no caso de Araraquara, pontuaram-se as respostas com 0 e 1. Para as respostas "discordo" não foi atribuído nenhum ponto; para respostas "concordo", 1 ponto; e as respostas "não tenho opinião" foram retiradas do sistema de pontuação. A partir da pontuação final

calculamos o valor percentual da concordância. No caso de Suzano, a pontuação variou de 0 a 3 pontos, conforme será apresentado na sessão seguinte.

Ao analisar os índices de concordância das três primeiras sentenças de avaliação do curso em Araraquara – a saber, "O curso me trouxe conhecimentos novos"; "Recomendo o curso para outros cidadãos"; e "O curso deve continuar a ser oferecido nesse local para outras turmas" – ficou evidente a existência de uma percepção muito positiva sobre a atividade ofertada, pois os índices ficaram acima dos 90%. A aprovação do curso em si (93,1%) e a recomendação de que seja repetido para outros cidadãos dentro da escola (93,1%) e fora dela (94,4%) demonstram a satisfação do público com o conteúdo trabalhado. Por outro lado, o índice de concordância com a primeira sentença (95,2%) – "O curso me trouxe conhecimentos novos" – sugere que os conteúdos tratados em sala de aula, por disciplinas obrigatórias, talvez não sejam suficientes para que o jovem compreenda, minimamente, o funcionamento da política brasileira.

Em relação às outras sentenças – "O curso mudou minha forma de entender o Poder Legislativo" e "O curso me incentivou a procurar mais informações sobre política" – é satisfatório o fato de a atividade em Araraquara ter contribuído para que os alunos mudassem sua forma de perceber o Legislativo. Esse aspecto é importante já que, durante o curso, as falas dos alunos evidenciaram uma visão bastante negativa sobre o representante político e uma grande confusão a respeito das responsabilidades de cada poder[9].

Ao longo do curso, em diferentes momentos, foram mostradas as principais atribuições do Poder Legislativo e as funções dos representantes políticos. Foram destacados também os motivos pelos quais é necessário acompanhar os trabalhos desses representantes, com argumentos sobre a importância de se ser um cidadão atuante. Quanto ao fato de o curso conseguir incentivar

9 Tais informações foram extraídas da leitura do relatório final do projeto em Araraquara, o qual conta com relatos dos professores envolvidos no desenvolvimento do projeto.

tais jovens a buscar mais informações sobre política, o percentual de concordância acaba sendo o mais baixo entre todos (70,5%). Isso pode ser explicado, em parte, pelo fato de esses jovens estarem pouco familiarizados com a utilização de ferramentas como a internet para se informar politicamente, sendo grande o peso da televisão nesse processo, conforme apontado anteriormente. Percebe-se aqui, a necessidade de tornar mais atrativo para o público-alvo a busca de informação política, por meio da potencialização do uso dos novos meios de comunicação e da reconstrução da linguagem, de tal modo que ela não seja um empecilho à compreensão de conteúdos mais técnicos de política por esse grupo.

Por último, no terceiro conjunto de questões, buscou-se compreender a maneira como os jovens percebem a política e a democracia. Para a obtenção do índice de concordância nessas respostas, seguiu-se o mesmo princípio das sentenças anteriores. A Tabela 1 mostra o grau de concordância com as sentenças que dizem respeito à percepção política dos jovens.

Tabela 1 – Grau de concordância com sentenças associadas às percepções políticas

Sentença	Índice de concordância
O voto é importante para mudar a realidade do país.	91,4%
A participação política dos cidadãos é importante para a mudança na sociedade.	91,4%
Os partidos políticos são importantes para a sociedade.	84,6%
A educação política deveria estar presente nas escolas.	83,9%
Somos os responsáveis pelos resultados da política no nosso dia a dia.	81,0%
A corrupção é o maior problema de nosso país e todos são responsáveis por ela.	66,3%
A imprensa cumpre bem seu papel de informar a sociedade.	52,2%
Legisladores devem realizar favores que o Poder Executivo não realiza.	46,1%
Os políticos são todos corruptos e a sociedade é vítima deles.	46,1%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos questionários de pesquisa

No geral, os dados apontam para um grau de concordância alto sobre elementos fundamentais à democracia, como participação e necessidade de educar os cidadãos para o aprimoramento político. Os maiores graus de concordância envolveram a ideia do voto como um instrumento importante de modificação política e da participação dos cidadãos como algo que contribui para a mudança da nossa sociedade, ambos atingindo 91,4%. Nesse aspecto, há proximidade com dados de diferentes *surveys* nacionais, demonstrando a importância da matriz eleitoral como meio de participação política em nossa democracia.

Em relação aos partidos políticos, há uma compreensão de que eles são importantes para a sociedade. Contudo, isso não é o mesmo que afirmar que as pessoas confiam neles, havendo inclusive pesquisas recentes que apontam para baixos índices de confiança nessas organizações. Quanto à educação política e à responsabilidade do indivíduo sobre os resultados da política no dia a dia, o índice ficou acima dos 80%, mostrando também que o processo de conscientização política pode ser iniciado nas escolas, ainda no ensino fundamental, contribuindo dessa maneira para o aprimoramento da democracia e a conscientização dos indivíduos sobre suas responsabilidades nas ações políticas.

Em relação às sentenças sobre aspectos mais delicados, que diziam respeito à corrupção, ao papel da imprensa de informar o cidadão e à lógica de se usar a política para obter favores pessoais, há distinções importantes. A corrupção enquanto principal problema do nosso país atingiu um índice de concordância considerável (66,3%), apontando para o fato de que também entre os jovens está difundida a percepção de que esse fenômeno traz obstáculos para o pleno funcionamento democrático. Quanto à imprensa cumprir bem o seu papel de informar a sociedade, o grau de concordância foi mediano, mostrando que os jovens percebem com certa desconfiança a oferta de informação que chega até eles.

Nota-se ainda que, quanto ao que se pode esperar do Poder Legislativo, há uma concordância significativa dos jovens em relação à afirmação de que os legisladores realizam favores pesso-

ais, a despeito de haver alto grau de concordância sobre o curso ter contribuído para mudar suas percepções acerca do Legislativo, conforme indicado anteriormente. Por outro lado, o mesmo grau de concordância (46,1%) aparece na sentença que afirma que todos os políticos são corruptos e que a sociedade é vítima deles. Há, nesse sentido, espaço para aproximação dos jovens com bons políticos ou mesmo com lideranças que não estejam atreladas a casos de corrupção.

3 – O projeto de Suzano

Os cursos de política ocorridos na cidade de Suzano fazem parte de um conjunto maior de atividades realizado pela Fundação Konrad Adenauer desde 2009, em dez locais diferentes das periferias da Grande São Paulo. Assim, ao todo, até 2014, foram formadas 60 turmas. No primeiro biênio, o curso, em parceria com órgãos públicos estaduais, era voltado para lideranças comunitárias e cidadãos em geral. No segundo biênio, o intuito foi atingir escolas públicas de ensino médio. E no terceiro ciclo de atividades, o biênio mais recente foi reservado para organizações não governamentais e seus projetos destinados a jovens. As razões para tais mudanças não merecem discussão acurada aqui, e parte expressiva desse trabalho pode ser acessada em publicações recentes (Dantas, Soares, Soares e Lamari, 2010; Dantas, 2013; Dantas e Estramanho, 2013; Dantas, 2014).

O curso está fundamentalmente dividido em três encontros, com duração de três horas. Seu objetivo é abordar as seguintes temáticas com os jovens: democracia, ética, divisão dos poderes e esferas de poder, responsabilidades cidadãs, cidadania e políticas públicas. A despeito de ter sido oferecida uma carga horária maior do que a registrada em Araraquara, parece bastante possível afirmar que os dois públicos aqui pesquisados tiveram contato com conteúdo introdutório relevante em matéria de política. Ademais, em ambos os casos, todas as turmas tiveram acesso a aspectos teóricos mesclados com atividades de construção conjunta de reflexões. Nos três encontros da Fundação Konrad Adenauer, os participantes são sempre divididos em

grupos, debatem questões e apresentam resultados de maneira dinâmica. O nível das percepções varia de acordo com as turmas, mas é possível afirmar que os jovens apreendem conteúdos políticos e se envolvem com as ações de forma mais assídua do que pregariam algumas hipóteses pautadas no senso comum.

Em 2013 e 2014, parte das atividades foi realizada na cidade de Suzano, município da Grande São Paulo localizado a 34 quilômetros da capital. Sede de indústrias e empresas de porte significativo, o local tinha pouco menos de 280 mil habitantes de acordo com estimativas do IBGE de 2013. Seu PIB *per capita* se aproximava de R$ 20 mil anuais em 2009, mas é possível afirmar a existência de profundas desigualdades associadas à lógica de uma cidade que depende fortemente da economia da capital (estudos sobre a Região Metropolitana de São Paulo indicam Suzano como cidade dormitório).

O local escolhido para a realização de três unidades do curso entre 2013 e 2014 foi a Guarda Mirim de Suzano. A organização, tradicional na cidade, prepara jovens de ensino médio para o ingresso no mercado de trabalho por meio de ações ligadas ao programa Jovem Aprendiz – conceito trazido pela Lei da Aprendizagem. Parte do conteúdo dessa formação é, legalmente, associado à cidadania, e a organização desenvolve projeto batizado de Voto Consciente para suprir tal demanda.

Nesse contexto, que transcende a atuação dos cursos de iniciação política oferecidos pela Fundação Konrad Adenauer, as três aulas servem de introdução às principais temáticas[10]. Em 2014, dado o contingente expressivo da edição de 2013, foram realizadas duas atividades, dividindo-se entre elas o total de alunos. Na primeira delas, foram atendidos 132 estudantes, e na segunda, outros 125. Para os fins desse artigo, como já observado, serão considerados apenas os formados em 2014, como forma de permitir um controle maior dos efeitos conjunturais sobre as per-

10 Em 2013, as atividades ocorreram em abril, portanto, antes das manifestações que se intensificaram entre maio e junho, e atingiram 190 participantes em Suzano.

cepções dos jovens no processo de comparação dos dados.

As atividades na cidade foram realizadas entre o fim de março e o início de abril de 2014. De maneira semelhante às ações realizadas em Araraquara, ao término de cada curso, os jovens responderam questionários que tinham como objetivo avaliar o conteúdo transmitido e captar percepções sobre a política. Foram selecionados apenas os questionários respondidos por jovens com 15 anos de idade à época das respostas, permitindo assim uma comparação mais precisa com os araraquarenses.

Em Suzano, foram computados 245 formulários, sendo 56,3% preenchidos por jovens do sexo masculino e 43,7% por jovens do sexo feminino – resultado muito próximo ao registrado no interior. Em relação à escolaridade, 72,2% cursavam o primeiro ano do ensino médio e outros 27,8% já estavam no segundo ano – aqui, a primeira diferença em relação a Araraquara, pois as atividades da Câmara Municipal, em parceria com a Unesp, se restringiram ao último ano do ensino fundamental. Ainda no que diz respeito às características do grupo pesquisado, apenas um dos 245 entrevistados afirmou trabalhar. Os demais relataram estudar em um turno e, no outro, participar das atividades de formação da Guarda Mirim.

Em relação à informação política, a primeira questão estava associada aos canais comumente mais utilizados para obtê-la. Em pergunta que permitia mais de uma resposta, a televisão foi a opção de 95,1% dos jovens, seguida por cursos, jornais e revistas, os quais registraram mais da metade das adesões e menos de dois terços. A internet – por meio de *sites* (51,4%) e redes sociais (38,4%) – não atingiu os resultados que percepções iniciais sobre o uso desses recursos poderiam sugerir. Assim, no que diz respeito à informação política, os jovens pesquisados ainda parecem reproduzir hábitos mais tradicionais. Porém, nesse caso, não se deve menosprezar os resultados apontados em relação aos novos canais, que são expressivos e merecem atenção.

O ponto seguinte estava associado a outra questão bastante de-

licada: a adesão aos partidos políticos ou simpatia por eles. Os manifestos de 2013, por exemplo, sugerem o acirramento de um afastamento já bastante expressivo em relação a tais tipos de organização. Tanto é assim que as legendas, buscam sempre realizar campanhas de filiação do público mais jovem. Entre os susanenses, considerando que a idade do grupo analisado sequer os permitia experiências eleitorais formais (na qualidade de eleitores), mais de dois terços (70,2%) afirmaram não guardar simpatia por partidos ou aproximação com eles. Ainda assim, outros 30% se posicionaram como simpatizantes, o que representa um contingente de 74 jovens. Entre esses últimos, 47 (63,5%) apontam o PT como a legenda favorita e 11 (14,9%), o PSDB. Da mesma forma como tem ocorrido no plano federal e estadual, ao longo dos últimos anos o PT e a associação DEM-PSDB protagonizaram as disputas na cidade, reforçando tal divisão. Ademais, os indicadores socioeconômicos da região do Alto Tietê, onde está Suzano, parecem justificar o predomínio petista. Municipalmente, o PT governou entre 2005 e 2012, e o PSDB venceu o pleito mais recente e está no poder desde 2013. Nenhum outro partido merece destaque na indicação dos jovens locais.

O intuito subsequente da pesquisa era compreender de que maneira os participantes do curso pretendiam utilizar os conteúdos assimilados em sala de aula. Aos respondentes, era dada a possibilidade de indicação de até três respostas num conjunto fechado de oito alternativas. O destaque maior ficou para o uso nas eleições (80,8%), seguido pelo emprego no ensino médio, no Enem e na faculdade, todos com menos de 40% cada um. Assim, para além de reconhecer que o conteúdo pode contribuir para aspectos educacionais, os jovens já compreendem que o debate político tem como intuito maior o amadurecimento da condição cidadã, com a qual se depararão num futuro bastante próximo.

Diante de tal resultado, parece interessante a compreensão sobre o curso como um todo. Um conjunto de sentenças que visavam à avaliação das atividades era apresentado, e os jovens podiam indicar se concordavam plenamente ou em partes com

a afirmação, ou ainda, se discordavam nesses mesmos graus de intensidade. As respostas permitiram uma tabulação capaz de gerar índices de concordância. À posição "discordo totalmente" foi dado zero ponto e, às respostas "concordo totalmente", três pontos. As posições intermediárias recebem 1 e 2 pontos. Com base em médias e cálculos de porcentuais foi possível verificar a intensidade da percepção do grupo de 245 jovens acerca das oito sentenças apresentadas.

Tabela 2 – Grau de concordância com sentenças de avaliação do curso

Sentença	Índice de concordância
O curso deve continuar a ser oferecido.	97,7%
Recomendo o curso para outros jovens.	96,3%
Trouxe muitos conhecimentos novos.	92,8%
As dinâmicas estimulam a participação.	90,1%
Os professores são neutros em suas posições.	87,9%
O curso mudou minha forma de entender a política.	85,7%
O formato do curso é adequado.	80,8%
Passei a procurar mais informações políticas.	75,8%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos questionários de pesquisa

As duas primeiras sentenças indicam que os jovens ofertaram significativo valor às atividades. Para quase a totalidade deles, o curso deve continuar a ser oferecido e, inclusive, a ação seria recomendada para outros alunos. Num segundo bloco de sentenças, associadas ao conteúdo, merece destaque a percepção de que novos conhecimentos foram trazidos (92,8%), de que o conteúdo mudou a forma de entender a política (85,7%) e de que uma busca maior por informações ocorreu após a realização das atividades (75,8%). Mesmo essa última sentença, que apontou o menor grau de concordância, ainda atingiu média superior a três quartos. Por fim, houve a percepção de que o formato da ação é adequado (80,8%) – sendo que em comentários abertos nos questionários

pediu-se mais tempo para os debates, o que pode ser visto como positivo – e de que os professores são neutros em relação às suas preferências partidárias (87,9%). Esse é o ponto mais relevante na discussão ética sobre a formação política de jovens. Não parece possível aceitar que docentes levem para as salas de aula suas convicções pessoais, a ponto de buscarem doutrinar discentes.

Ao final, um último conjunto de sentenças tinha como objetivo central apreender valores dos jovens em relação à política e à democracia. O ideal, nesse caso, seria realizar exercícios iniciais e finais, testando essas mesmas sentenças. A despeito do ganho representado por ações do tipo mencionado, é possível obter resultados significativos em análises acerca dos valores que orientam os jovens, como a que foi adotada. O modo do questionamento, buscando o grau de concordância do respondente, e a forma de análise dos resultados, utilizando médias, são os mesmos que orientaram a construção da tabela anterior.

Tabela 3 – Grau de concordância com sentenças associadas às percepções políticas

Sentença	Índice de concordância
Somos os responsáveis pelos resultados da política em nossa democracia.	92,5%
A educação política deveria estar presente nas escolas.	84,6%
Somos os responsáveis pelas nossas realidades e podemos mudá-la pelo voto.	83,9%
Devemos nos aproximar dos partidos políticos por sua importância.	69,8%
A corrupção é o maior problema de nosso país e todos são responsáveis por ela.	63,2%
A imprensa cumpre bem seu papel de informar a sociedade.	58,2%
Legisladores devem realizar favores que o Poder Executivo não realiza.	56,9%
A educação no Brasil se preocupa com a formação de cidadãos plenos.	50,3%
Os políticos são todos corruptos e a sociedade é vítima deles.	47,2%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos questionários de pesquisa

É possível notar forte grau de concordância com três sentenças que guardam relação direta com a crença na democracia e na consolidação de instrumentos para aprimorá-la. No primeiro e no terceiro caso, percebe-se a existência de responsabilidades associadas ao voto – o que desafia parte da percepção do senso comum sobre a crise da lógica representativa – e aos resultados de nossa democracia. Em segundo lugar, fica o sentimento de que a educação política deve estar presente nas escolas, corroborando os resultados colhidos na tabela anterior e legitimando ainda mais a ideia de que formações dessa natureza são importantes para o desenvolvimento da cidadania.

Num segundo conjunto de sentenças notam-se críticas, mesmo que parciais em termos de resultados, a pontos relevantes de uma democracia: a imprensa seria questionada quanto ao seu papel de informar bem; a educação não se preocuparia de forma nítida em formar cidadãos plenos; e os jovens esperam favores dos legisladores.

Por fim, um terceiro bloco traz resultados que podem ser encarados como menos negativos: por mais que ainda possa ser considerada alta, a concordância com o fato de todos os políticos são corruptos é a mais baixa no conjunto, indicando a possibilidade de os alunos reconhecerem lideranças que não se encaixariam nesse perfil; a despeito de o grau de concordância não ser absoluto, a consciência de que a corrupção é o nosso maior problema e que somos responsáveis por ela pode ser visto como uma forma de compreender o papel dos cidadãos numa sociedade democrática; e a percepção de que os cidadãos devem se aproximar dos partidos mostra que, mesmo diante do distanciamento em relação às legendas partidárias verificado na prática e dos altos índices de desconfiança demonstrados pela sociedade em relação a essas agremiações (através de diferentes pesquisas de opinião pública), que tais organizações possuem um papel relevante.

4 – Interfaces e percepções comuns entre os projetos

A partir dos resultados colhidos nas experiências formativas realizadas em Araraquara e Suzano, parece possível promover algumas comparações em pontos de aproximação entre os formulários. Primeiramente, merece atenção uma caracterização dos alunos. A pesquisa aqui se ateve a controlar algumas variáveis, como a idade (15 anos) e o pressuposto de todos terem passado por ações de educação política, pois apesar das diferenças existentes entre os programas, alguns pontos se aproximam de forma absoluta. Em outros termos, as percepções políticas desses alunos têm em comum o fato de serem ofertadas para jovens da mesma faixa etária (15 anos em 2014), que estudam (em instantes diferentes do ensino) e foram impactados por ações introdutórias de educação política (de diferentes projetos).

O primeiro ponto de comparação está associado à forma como araraquarenses e susanenses buscam informações políticas. A televisão ainda é o meio mais utilizado, totalizando 91% das respostas em Araraquara e 95% em Suzano. As redes sociais apareceram de forma mais incisiva no interior (47%) do que na região metropolitana da capital (38%), e apesar dos percentuais diferentes, o resultado parece aquém do que sugeriria o senso comum e as expectativas de impacto desses meios virtuais sobre a geração atual. Nos demais meios de comunicação existem pequenas variações, mas por esses dois pontos aqui apresentados, é possível afirmar que os jovens de 15 anos das duas cidades ainda ancoram sua busca por informações políticas em meios mais tradicionais de comunicação ou não reconhecem as redes sociais como espaço para essa natureza de pesquisa. Nesse caso, ao longo dos próximos anos, é importante acompanhar o comportamento dos índices associados às redes sociais a fim de averiguarmos se haverá maior expansão em seu emprego para esse fim.

Um segundo ponto de contato entre as pesquisas está associado ao valor atrelado às atividades e conteúdos de formação política dos projetos, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4 – Pontos comuns na avaliação das atividades

Sentença (Conforme o formulário de Araraquara)	Índice de concordância (Araraquara)	Índice de concordância (Suzano)
O curso me trouxe conhecimentos novos.	95,2%	92,8%
Recomendo o curso para outros cidadãos.	94,4%	96,3%
O curso deve continuar a ser oferecido nesse local para outras turmas.	93,1%	97,7%
O curso mudou minha forma de entender o Poder Legislativo (a política, no caso de Suzano).	89,9%	85,7%
O curso me incentivou a procurar mais informações sobre política.	70,5%	75,8%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos questionários de pesquisa

Embora algumas sentenças guardem entre si diferenças mínimas de formulação, os graus de concordância são muito semelhantes em relação aos conteúdos assimilados e às ações desenvolvidas nos cursos. Os jovens de ambas as cidades concordam que a atividade de formação trouxe novos conhecimentos, reforçando a ideia de insuficiência ou até mesmo de ausência desses conteúdos nas escolas. Eles também recomendariam as atividades a outras pessoas e entendem que elas devem ser mantidas nos locais onde foram desenvolvidas. Destaca-se ainda, a despeito de um menor nível de concordância, o fato de os cursos terem alterado formas de compreensão sobre os conteúdos abordados e terem incentivado a procura por mais informações políticas. Permanece, porém, o desafio de se medir o quanto as ações de formação política contribuíram para tais resultados e o quanto desses conhecimentos os jovens já detinham.

Quanto ao terceiro ponto de comparação, que diz respeito às percepções políticas dos jovens, a Tabela 5 mostra os resultados dos índices de Araraquara e Suzano quando comparados.

Tabela 5 – Pontos comuns nas percepções políticas

Sentença	Índice de concordância (Araraquara)	Índice de concordância Suzano
A participação política dos cidadãos é importante para a mudança na sociedade (semelhante).	91%	98%
Os partidos políticos são importantes para a sociedade (semelhante).	84%	80%
A educação política deveria estar presente nas escolas.	84%	93%
Somos os responsáveis pelos resultados da política no nosso dia a dia (democracia, em Suzano).	81%	95%
A corrupção é o maior problema de nosso país e todos são responsáveis por ela.	66%	71%
A imprensa cumpre bem seu papel de informar a sociedade.	52%	71%
Legisladores devem realizar favores que o Poder Executivo não realiza.	46%	69%
Os políticos são todos corruptos e a sociedade é vítima deles.	46%	50%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos questionários de pesquisa

Percebe-se que nem todas as frases são literalmente idênticas, mas as oito sentenças aqui apresentadas guardam lógicas muito próximas, o que possibilita a realização de comparações. Ademais, alguns números são muito semelhantes. Primeiramente, é possível verificar que a participação política é bastante valorizada pelos dois conjuntos de jovens. Quanto aos partidos políticos, os jovens consideram que possuem papel relevante. Também existe percepção parecida em relação à questão da responsabilidade sobre a corrupção, na casa de dois terços de concordância. Por fim, os dois grupos notam que nem todos os políticos são corruptos que vitimam a sociedade.

Contudo, há diferenças que merecem destaque quando comparados os projetos. A primeira delas carrega relevante valor ofertado à educação política. Em Araraquara, a percepção dos jovens sobre a necessidade da educação política integrar o currículo escolar atinge 84%, já em Suzano, 93%. Embora percentualmente seja possível notar diferenças que mostram maior concordância no projeto de Suzano, ainda assim há alta adesão em ambos os ambientes. O mesmo ocorre em relação à percepção das responsabilidades dos cidadãos sobre o cotidiano. Ainda em relação a diferenças entre percepções, os susanenses parecem acreditar mais no papel da imprensa, enquanto os araraquarenses percebem com maior clareza que os vereadores não devem fazer "favores" aos eleitores com o objetivo de cobrir lacunas do Poder Executivo. Nesse caso, podemos estar diante de níveis diferentes de clientelismo na relação do parlamentar com os cidadãos ou, mais provavelmente, estar colhendo resultados distintos entre os programas. O curso de Araraquara trata de forma mais clara do Parlamento, focando mais na explicação sobre o papel do vereador. O mesmo não se aplica às ações realizadas em Suzano, onde os poderes são tratados de maneira mais ampla.

5 – Considerações Finais

A análise dos questionários de avaliação nos possibilita ponderar que os jovens de 15 anos de Araraquara e Suzano, impactados por programas de educação política, apresentam percepções muito semelhantes sobre as temáticas neles abordadas. Nesse contexto, tais jovens reproduzem formas tradicionais de obtenção de informação política e concordam que conteúdos de formação política são importantes. Além disso, compartilham valores comuns que reforçam parâmetros elementares da democracia, tais como a participação política.

Se essa percepção efetivamente condiz com a realidade, podemos sugerir que as políticas públicas de educação no País devem ter como compromisso central um reforço sobre a formação cidadã dos estudantes, ao menos sob a visão dos próprios

jovens. Para além de tal consideração, a presença da educação política nas escolas reforçaria percepções essenciais relacionadas ao conceito de democracia, como mostramos na discussão inicial deste artigo.

No entanto, diferentemente do que alguns estudiosos e/ou gestores da área educacional possam pensar, a volta da Sociologia e da Filosofia às fileiras de disciplinas obrigatórias no currículo escolar do ensino médio e a inscrição de questões políticas no rol de temas interdisciplinares do Ministério da Educação não é condição suficiente para satisfazer a necessidade de tal reforço. Isso se expressa, por exemplo, quando observamos os percentuais de concordância em relação ao fato de que os cursos terem trazido conhecimentos novos ou modificado a forma como os jovens entendiam o Legislativo (Araraquara) ou a política (Suzano).

Entre os desafios que envolvem a educação política no Brasil está a compreensão de que é preciso cativar os jovens para um despertar reflexivo e um compromisso mais responsivo para com a sociedade, e que isso depende, de forma considerável, da capacidade de trabalhar com os conteúdos fundamentais à compreensão mínima sobre a democracia, a cultura política e o sistema político brasileiro. Ou seja, um dos grandes desafios consiste no preparo técnico dos professores e no zelo pela ética suprapartidária, dois pontos fundamentais na educação política. Para acompanhar se tais pontos estão sendo observados nas ações formativas é preciso aplicar instrumentos de avaliação das ações[11], capazes de captar as percepções dos jovens.

Sobre as experiências formativas realizadas pelo Poder Legislativo, o desafio de zelar pela ética suprapartidária acaba sendo ainda maior, pois passa, sobretudo, pelo entendimento dos atores políticos acerca do sentido da educação política, a qual, para cumprir com seus objetivos, não deve ser instrumentalizada por nenhum ator legislativo singular.

11 O trabalho de Dantas (2016) fornece pistas interessantes para pensar os resultados da aplicação de instrumentos de avaliação sobre a percepção dos jovens a respeito da política antes e após a realização de experiências formativas.

6 – Referências

CARVALHO, Vania Nunes de. Escolas do Legislativo e a educação para a cidadania. **E-legis**, Brasília, n. 15, p. 46-61, set./dez. 2014.

COSSON, Rildo. Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. **E-legis**, Brasília, n. 7, p. 49-58, set./dez. 2011.

COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, a. XI, v. 3, p. 13-19, 2010.

COSSON, Rildo. **Escola do Legislativo, Escola de Democracia**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

DANTAS, Humberto. O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, a. XI, v. 3, p. 3-12, 2010.

DANTAS, Humberto. O jovem e a educação política: nova rodada de análises. **Brasil em Foco**, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, p. 1-9, dezembro de 2014.

DANTAS, Humberto. O jovem e a educação política: percepções com base em experiência. **Brasil em Foco**, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 1-9, dezembro de 2013.

DANTAS, Humberto; CARUSO, Vinicius. Politização nas escolas: o quanto os jovens compreendem essa demanda. Brasília: **E-legis**, n. 7, p. 22-33, 2011.

DANTAS, Humberto; ESTRAMANHO, Roberto. Educación política como pilar de La democracia y La realidad brasileña. In: **7º CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA**, Bogotá, Colômbia, 2013.

DANTAS, Humberto; SOARES, Aline; SOARES, Maria Isabel; LAMARI, Roberto. Educação política em parceria: quando princípios se tornam ações. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, ano XI, v. 3, 2010.

DANTAS, Humberto. Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015 em ações da Fundação Konrad Adenauer. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, n.1, março de 2016.

KRAWCZYK, N. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 144, p. 752-769, set./dez. 2011.

NASCIMENTO, Alessandra Santos; SILVA, Bruno Souza da; SEINO, Eduardo. Educação para a cidadania: o projeto Parlamento Jovem em Araraquara-SP. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, n.1, março de 2016

RESENDE, João Francisco. Educação escolar, hábitos e atitudes políticas: considerações sobre a experiência brasileira. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, a. XI, v. 3, 2010.

SCHLEGEL, Rogerio. **Educação e comportamento político. Os retornos políticos decrescentes da escolarização brasileira recente**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Formação política do adolescente no ensino médio: a contribuição da Filosofia. **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 57-74, 2010.